



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## **INTERPELAÇÃO ESCRITA**

**Há que reforçar a fiscalização dos trabalhos de apreciação e autorização dos serviços de obras públicas, para colmatar as lacunas ao nível da corrupção, e aperfeiçoar as normas de responsabilidade penal relativas aos crimes praticados no exercício de funções**

Um governo altamente eficiente e íntegro é pedra basilar para a promoção do desenvolvimento saudável e sustentável de qualquer cidade. Os cidadãos têm depositado grande esperança na garantia da legalidade no exercício do poder público, e na justiça e na eficiência da Administração Pública. Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem desenvolvido muitos trabalhos no âmbito da reforma administrativa, e tem conseguido alcançar alguns resultados.

Ao mesmo tempo, ao longo dos anos, com os esforços conjuntos dos diversos serviços públicos, do Comissariado contra a Corrupção, do Comissariado de Auditoria e dos órgãos judiciais, foram constantemente descobertos alguns casos graves de abuso de poder e de corrupção passiva, envolvendo dirigentes e chefias, em particular, dirigentes da anterior Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), situações estas que têm sido alvo das críticas da população. Estes actos de corrupção já afectaram gravemente o prestígio da governação do Governo da RAEM e prejudicaram quer direitos e interesses legítimos dos cidadãos quer a justiça.

Por isso, a sociedade espera que o Governo melhore efectivamente o regime de



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

delegação de poderes, o mecanismo de escolha e de nomeação dos titulares de cargos e o regime de responsabilização dos titulares de cargos; além disso, deve equilibrar, através de regimes jurídicos e do mecanismo de apreciação e autorização, os poderes dos dirigentes, e reforçar a fiscalização do cumprimento das suas atribuições nos termos da lei, para evitar que a equidade e os interesses do público sejam prejudicados devido a excessivo poder discricionário.

Tendo em conta que alguns casos se encontram em processo judicial, a sociedade espera que o Governo, para além de fiscalizar rigorosamente esses casos e punir os respectivos infractores, preste mais atenção aos trabalhos de aperfeiçoamento dos regimes jurídicos em causa. Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. No passado, foram detectados vários casos de corrupção e fraude na anterior DSSOPT, envolvendo um secretário e dois directores. Há tempos, um deputado interpelou o Governo sobre a forma de colmatar as respectivas lacunas, mas este respondeu que os casos estavam ainda sob investigação e que não podia dar uma resposta directa. Recentemente, houve uma reestruturação na Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana e na Direcção dos Serviços de Obras Públicas, mas estes dois serviços públicos continuam a dominar importantes competências no âmbito do planeamento urbanístico, da gestão de solos, da apreciação e autorização de obras particulares e da adjudicação de obras públicas. Trata-se de uma área com grandes implicações com o interesse público e com os recursos sociais. Após a reestruturação dos serviços responsáveis pelas obras públicas, que trabalhos foram efectuados pelo Governo no âmbito da revisão e aperfeiçoamento dos diplomas legais e dos procedimentos de



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

apreciação e autorização? Que novas medidas estão a ser adoptadas para colmatar as lacunas no âmbito do abuso de poder e da corrupção, e para reforçar a eficácia e a transparência da fiscalização?

2. O Secretário para a Administração e Justiça, Cheong Weng Chon, afirmou que ia estudar a proposta de criação de um regime disciplinar próprio para o pessoal de direcção e chefia, salientando que o direito penal é um meio rigoroso para a responsabilização. Na resposta a uma interpelação minha, o Governo afirma que vai tomar como referência as exigências da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, aperfeiçoando as normas penais relativas aos crimes praticados no exercício de funções, de modo a que o respectivo regime jurídico-penal possa surtir melhores efeitos na dissuasão e no combate a todos os crimes cometidos no exercício de funções públicas. De que sugestões concretas dispõe o Governo para o aperfeiçoamento da legislação respectiva? Existe algum plano de trabalho e respectiva calendarização?

20 de Maio de 2022

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Lei Cheng I**